

DIREITO DO TRABALHO II

4º ANO - TURMA DA NOITE

Coordenação e regência da disciplina: Prof^ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

Colaboradores: Prof.^a Doutora Isabel Vieira Borges; Mestre Ricardo Bernardes

PROGRAMA ABREVIADO

PARTE II - SITUAÇÕES LABORAIS INDIVIDUAIS

(CONTINUAÇÃO)

§ 1º - Outros contratos de trabalho sujeitos a regime especial

1. Contrato de teletrabalho
2. Contrato de trabalho em regime de comissão de serviço
3. Contrato de trabalho a tempo parcial
4. Contrato de trabalho em funções públicas
5. Outras situações
 - 6.1. Contrato de serviço doméstico
 - 6.2. Contrato de trabalho na agricultura
 - 6.3. Contrato de trabalho de profissionais de espectáculo
 - 6.4. Contratos de trabalho a bordo
 - 6.5. Contrato de trabalho portuário
 - 6.6. Contrato de trabalho do praticante desportivo

§ 2º - Outros regimes laborais especiais

1. Contrato de trabalho com menores
2. Contrato de trabalho com trabalhadores deficientes, com doença crónica ou com capacidade de trabalho reduzida
3. Contrato de trabalho com estrangeiros
4. Contrato de trabalho com estudantes

Secção II - A situação jurídica do trabalhador decorrente do contrato de trabalho

§ 3º - A actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador

1. A actividade laboral e os deveres acessórios de trabalhador
 - 1.1. A prestação de trabalho como dever principal do trabalhador: actividade ou disponibilidade
 - 1.2. O direito do trabalhador à ocupação efectiva
 - 1.3. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres integrantes e deveres autónomos da prestação principal
 - 1.4. Alguns deveres acessórios do trabalhador em especial: os deveres de lealdade, de obediência e de zelo
 - 1.5. Os deveres do trabalhador no contexto organizacional; em especial, a dimensão organizacional do dever de colaboração do trabalhador
 - 1.6. A actividade laboral e os direitos de personalidade do trabalhador
2. A delimitação da actividade laboral
 - 2.1. O âmbito do conceito de actividade contratada e a atribuição da função pelo empregador
 - 2.2. O regime de prestação das funções afins ou funcionalmente ligadas à actividade contratada
3. A variação da actividade laboral: a mobilidade funcional
 - 3.1. O sentido do princípio da invariabilidade da prestação
 - 3.2. O regime do *jus variandi*

§ 4º - O local de trabalho

1. Determinação e relevância do local de trabalho; o princípio da inamovibilidade
2. A mobilidade geográfica do trabalhador
 - 2.1. Mudança transitória e a mudança definitiva do local de trabalho
 - 2.2. Mudança do estabelecimento

§ 5º - Tempo de trabalho e tempos de não trabalho

1. Princípios gerais em matéria de tempo de trabalho
 - 1.1. Tempo de trabalho e direito ao repouso: descanso diário, semanal e anual
 - 1.2. A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar
 - 1.3. A conciliação entre o trabalho, a maternidade e a paternidade
 - 1.4. A maleabilidade do tempo de trabalho como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
2. Organização do tempo de trabalho
 - 2.1. Período normal de trabalho diário, horário de trabalho e período de funcionamento; tempo de trabalho efectivo e duração média do trabalho
 - 2.2. Horário de trabalho, intervalos de descanso e isenção de horário
 - 2.3. Trabalho suplementar
 - 2.4. Trabalho por turnos
 - 2.5. Trabalho nocturno
 - 2.6. Outras situações: trabalho a tempo parcial (remissão); jornada contínua; reduções do tempo de trabalho

3. Descanso semanal e feriados
 - 3.1. Período normal de trabalho semanal e dias de descanso
 - 3.2. Feriados
4. Férias
 - 4.1. Enquadramento constitucional do direito a férias
 - 4.2. Regime jurídico das férias
5. Faltas
 - 5.1. Delimitação e classificações
 - 5.2. Faltas justificadas: enunciado e regime
 - 5.3. Faltas injustificadas: enunciado e regime

Secção III - A situação jurídica do empregador decorrente do contrato de trabalho

§ 6º - A remuneração e os deveres acessórios do empregador

1. Dever remuneratório e deveres acessórios do empregador
 - 1.1. O dever retributivo como dever principal do empregador e os deveres acessórios do empregador
 - 1.2. Classificação dos deveres acessórios do empregador: deveres patrimoniais e deveres não patrimoniais
 - 1.3. Os deveres de promoção da formação profissional e de garantia da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, em especial
2. Delimitação dos conceitos de retribuição e remuneração: retribuição, complementos salariais e outras prestações remuneratórias
3. Princípios gerais e tutela do trabalhador em matéria remuneratória
 - 3.1. O princípio da suficiência salarial: o salário mínimo
 - 3.2. O princípio da igualdade remuneratória
 - 3.3. O princípio da irredutibilidade da retribuição
 - 3.4. A relativa intangibilidade da retribuição
4. Cumprimento do dever retributivo
 - 4.1. Tempo, local e modo de cumprimento do dever retributivo
 - 4.2. Outros aspectos relativos ao cumprimento do dever retributivo
5. O incumprimento do dever retributivo
 - 5.1. A mora no pagamento da retribuição
 - 5.2. O incumprimento do dever de pagamento da retribuição e a tutela dos créditos remuneratórios dos trabalhadores

§ 7º - O poder directivo

1. O poder directivo no elenco dos poderes laborais do empregador: poder directivo e poder disciplinar; poder organizativo; poder de vigilância ou controlo e poder regulamentar
 - 1.1. Aspectos gerais
 - 1.2. O poder organizativo e o poder de vigilância ou controlo;
 - 1.3. O poder regulamentar
 - 1.4. Conclusão: o poder directivo e o poder disciplinar como poderes laborais do empregador

2. Delimitação e características do poder directivo
3. Natureza e fundamento do poder directivo

§ 7º - O poder disciplinar laboral

1. O poder disciplinar no elenco dos poderes laborais
 - 1.1. Conteúdo do poder disciplinar laboral: a faceta prescritiva e a faceta sancionatória
 - 1.2. As funções do poder disciplinar laboral no contrato de trabalho
2. Titularidade e exercício do poder disciplinar laboral
3. As infracções disciplinares
4. As sanções disciplinares
5. O procedimento disciplinar
 - 5.1. Princípios gerais
 - 5.2. Marcha do processo
6. Natureza e características do poder disciplinar laboral
7. Fundamento do poder disciplinar
 - 7.1. O posicionamento do problema e os valores em jogo
 - 7.2. A fundamentação tradicional: teorias contratualistas, teorias institucionalistas e reconstrução obrigacional
 - 7.3. Reposicionamento do problema e posição adoptada

III

VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

Secção I - Modificação e suspensão do contrato de trabalho

§ 8º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos de gestão

1. Transmissão do estabelecimento e transmissão da empresa
2. Cedência ocasional de trabalhadores no âmbito de situações empresariais de grupo
3. Mobilidade geográfica e funcional do trabalhador (remissão)
4. Suspensão do contrato de trabalho e redução do tempo de trabalho por motivo de crise da empresa
 - 4.1. Efeitos gerais da suspensão
 - 4.2. Regime jurídico
5. Suspensão da prestação de trabalho por motivos técnicos

§ 9º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador

1. Modificações do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador
2. Suspensão do contrato por motivos atinentes ao trabalhador
 - 2.1. Efeitos gerais da suspensão
 - 2.2. Licenças
3. Pré-reforma

§ 10º - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

1. Evolução histórica da tutela acidentária dos trabalhadores subordinados
2. Regime jurídico dos acidentes de trabalho
 - 2.1. Delimitação do acidente de trabalho
 - 2.2. Responsabilidade por acidente de trabalho
 - 2.3. Ocupação e reabilitação do trabalhador
3. 122. Doenças profissionais

Secção II - Cessação do contrato de trabalho

§ 11º - Enquadramento geral

1. Problemática geral e evolução normativa da matéria da cessação do contrato de trabalho
2. Tutela constitucional em matéria de cessação do contrato de trabalho: o princípio da segurança no emprego
3. Formas de cessação do contrato de trabalho

§ 12º - Cessação do contrato de trabalho por caducidade, por acordo revogatório e no decurso do período experimental

1. Cessação do contrato de trabalho por caducidade
2. Cessação do contrato de trabalho por acordo revogatório
3. Cessação do contrato de trabalho no decurso do período experimental

§ 13º - Despedimento por facto imputável ao trabalhador

1. O fundamento do despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 1.1. As situações de justa causa
 - 1.2. Os requisitos gerais da justa causa
2. O procedimento disciplinar para despedimento por facto imputável ao trabalhador
 - 2.1. Os princípios gerais do processo disciplinar para despedimento
 - 2.2. A marcha do processo
 - 2.3. A decisão de despedimento e a sua fundamentação
3. Ilicitude do despedimento: a suspensão e a impugnação do despedimento por motivo imputável ao trabalhador
 - 3.1. Suspensão e impugnação
 - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador
 - 3.3. Protecção especial de algumas categorias de trabalhadores

§ 14º - Despedimento colectivo

1. Fundamento do despedimento colectivo
2. Procedimento para o despedimento colectivo
3. Ilicitude do despedimento colectivo e seus efeitos
 - 3.1. Impugnação
 - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador

§ 15º - Despedimento por extinção do posto de trabalho

1. Fundamento e requisitos
2. Procedimento
3. Ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho e seus efeitos

§ 16º - Despedimento por inadaptação

1. Fundamento
2. Procedimento
3. Ilicitude do despedimento por inadaptação e seus efeitos

§ 17º - Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador

1. Resolução do contrato com fundamento em justa causa
 - 1.1. Situações de justa causa
 - 1.2. Regime jurídico
2. Denúncia do contrato
 - 2.1. Denúncia com aviso prévio
 - 2.2. Abandono do trabalho

§ 18º - Efeitos acessórios da cessação do contrato de trabalho

1. Deveres gerais emergentes da cessação do contrato de trabalho
2. Os pactos de não concorrência e a p s-eficácia dos deveres laborais
3. A prescrição dos créditos laborais

PARTE III SITUAÇÕES JUSLABORAIS COLECTIVAS

I ENTES LABORAIS COLECTIVOS

§ 19º - Associações sindicais

1. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo
2. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical e as suas manifestações
3. Delimitação geral, tipologia e características das associações sindicais
 - 3.1. Delimitação geral e características
 - 3.2. Tipologia
4. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais
 - 4.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 4.2. Organização e funcionamento
5. Direitos das associações sindicais

6. Exercício da actividade sindical na empresa
 - 6.1. Acção sindical na empresa
 - 6.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais na empresa
7. Relações da associação sindical com os associados
 - 7.1. Quotização sindical
 - 7.2. Liberdade sindical individual
8. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos

§ 20º - Comissões de trabalhadores

1. Breve panorama comparado sobre a figura das comissões de trabalhadores
 - 1.1. Apreciação geral
 - 1.2. Algumas tendências: as comissões de trabalhadores e a co-gestão na Alemanha; a negociação colectiva informal com as comissões de trabalhadores em França
2. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores no sistema jurídico português
3. Constituição, tipologia e organização das comissões de trabalhadores
 - 3.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 3.2. Tipologia
 - 3.3. Organização e funcionamento
4. Direitos das comissões de trabalhadores
5. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa
 - 5.1. Aspectos gerais
 - 5.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa

§ 21º - Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores

1. Delimitação geral
2. Regime jurídico

§ 22º - Associações de empregadores

1. Delimitação geral, tipologia e características
 - 1.1. Delimitação geral e figuras próximas: associações de empregadores e associações empresariais
 - 1.2. Tipologia e características
2. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores
 - 2.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
 - 2.2. Organização e funcionamento
3. Direitos e deveres

§ 23º - Outros grupos laborais

1. Os grupos laborais *ad hoc* de trabalhadores no âmbito da empresa
2. As coligações *ad hoc* de empregadores para efeitos laborais

II

INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO

Secção I - Aspectos gerais

§ 24º - Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

1. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos convencionais e administrativos; instrumentos nacionais e comunitários
2. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva
3. A relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho

§ 25º - Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva

1. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
2. Tendências actuais da negociação colectiva
 - 2.1. A negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
 - 2.2. Os níveis da negociação colectiva; a negociação colectiva comunitária, a concertação social e a negociação ao nível da empresa
 - 2.3. A negociação colectiva informal

Secção II - Instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho

§ 26º - Convenção colectiva de trabalho

1. Delimitação e modalidades (remissão)
2. Processo de formação: a negociação colectiva
 - 2.1. Legitimidade para a negociação e celebração de convenções colectivas de trabalho
 - 2.2. Processo de formação: regras gerais e especiais
 - 2.3. Forma e formalidades
 - 2.4. Depósito, publicação e entrada em vigor
3. Conteúdo das convenções colectivas de trabalho
 - 3.1. Fixação do conteúdo: a interpretação e a integração das convenções colectivas
 - 3.2. A delimitação do conteúdo: o conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo; conteúdo obrigatório
4. Âmbito pessoal de aplicação das convenções colectivas
 - 4.1. O princípio da filiação e as suas extensões

- 4.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho
- 5. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas
 - 5.1. Âmbito temporal das convenções colectivas: prazos de vigência e sobrevigência da convenção colectiva de trabalho
 - 5.2. Sucessão de convenções colectivas: denúncia e princípio dos direitos adquiridos na sucessão das convenções colectivas
 - 5.3. Conflitos na revisão da convenção colectiva: a arbitragem
- 6. Natureza jurídica da convenção colectiva de trabalho
- 7. Regimes especiais
 - 7.1. A negociação colectiva na função pública
 - 7.2. A negociação e a contratação colectiva dos trabalhadores privados no âmbito da Administração Pública

§ 27º - Outros instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; decisão de arbitragem voluntária

- 1. Acordo de adesão
 - 1.1. Noção e conteúdo
 - 1.2. Processo de formação
 - 1.3. Publicação e entrada em vigor
- 2. Deliberação de arbitragem voluntária
 - 2.1. Princípios gerais e funcionamento da arbitragem laboral
 - 2.2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

Secção III - Instrumentos administrativos de regulamentação colectiva do trabalho

§ 28º - Portaria de extensão

- 1. Noção e evolução histórica
- 2. Admissibilidade e elaboração
- 3. Publicação e entrada em vigor
- 4. Âmbito de aplicação
- 5. Natureza jurídica

§ 29º - Portaria de condições de trabalho

- 1. Noção
- 2. Admissibilidade e elaboração
- 3. Publicação e entrada em vigor

§ 30º - Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária

- 1. Admissibilidade e trâmites
- 2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

III CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO

Secção I - A composição dos conflitos colectivos de trabalho

1. Princípios gerais
2. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos
 - 1.1. Conciliação
 - 1.2. Mediação
3. 191.3. Arbitragem (remissão)

Secção II - Greve

§ 31º - Delimitação geral

1. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas
 - 1.1. Delimitação geral da greve
 - 1.2. Tipologia dos comportamentos grevistas: greves em sentido próprio e greves impróprias; greves típicas e greves atípicas; greves laborais e greves não laborais; greves sindicais e não sindicais
2. Enquadramento jurídico da greve: evolução histórica e panorama comparado
3. Enquadramento constitucional do direito à greve no sistema português

§ 32º - Regime jurídico

1. Processamento da greve
 - 1.1. Decisão, declaração e pré-aviso de greve
 - 1.2. Duração, termo e prorrogação da greve
 - 1.3 Representação dos trabalhadores durante a greve
 - 1.4. Piquetes de greve
 - 1.5. Princípio da não substituição dos grevistas
2. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho
3. Serviços mínimos
 - 3.1. Tipologia
 - 3.2. Definição
 - 3.3. Regime de prestação
4. Limites convencionais e gerais do direito de greve
 - 4.1. Princípios gerais
 - 4.2. O dever de paz social
5. Ilicitude da greve
6. Natureza jurídica do direito de greve
7. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais

Secção III - *Lock-out*

1. Conceito, modalidades e figuras afins
2. Enquadramento constitucional e regime jurídico
 - 2.1. A proibição constitucional do *lock-out* e o princípio da paridade de armas
 - 2.2. Regime jurídico

Elementos bibliográficos obrigatórios

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2020, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 8ª edição, Coimbra, Almedina, 2021, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2020, *Tratado de Direito do Trabalho IV – Contratos e Regimes Especiais*, Coimbra, Almedina, 2019
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Negociação Colectiva Atípica*, Coimbra, Almedina, 2009
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Lei da Greve Anotada*, Lisboa, Lex, 1994
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma / BORGES, Isabel Vieira (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 9ª edição, Lisboa, AAFDL, 2022

Elementos bibliográficos de consulta recomendada

- AMADO, João Leal - *Contrato de Trabalho. Notas Básicas* 4ª ed., Coimbra, Almedina, 2023
- CORDEIRO, António Menezes - *Direito do Trabalho I e II*, Coimbra, Almedina, 2019
- GOMES, Júlio Vieira - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito do Trabalho*, 10ª ed., Coimbra, Almedina, 2022
- MARTINEZ, Pedro Romano / MONTEIRO, Luis Miguel / VASCONCELOS, Joana / BRITO, Pedro Madeira de / DRAY, Guilherme / SILVA, Luís Gonçalves da - *Código do Trabalho Anotado*, 11ª ed., Coimbra, Almedina